

hipóteses de século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 9 • 2009

do cinema como «cinema moderno», «novos cinemas» ou «novas vagas». Todas estas designações são usadas ainda hoje como tentativa de definição de uma tendência estética e cinematográfica que atravessou toda a Europa a partir da década de 1950.

A principal tese que Kovács apresenta nesta obra é a sua convicção de que o cinema moderno europeu, mais do que o conjunto de movimentos nacionais de renovação cinematográfica, foi uma realidade bastante heterogénea e de forte pendor transnacional com importantes referências em outras formas de expressão artística ou cultural da Europa do pós-2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

Mais do que caracterizar o cinema moderno europeu – que também faz com particular cuidado documental –, *Screening Modernism* consegue mesmo um razoável equilíbrio entre a reflexão teórica e a análise empírica de um extenso e abrangente *corpus* fílmico. Quer a rigorosa análise à arqueologia e à genealogia dos conceitos apresentados, como a cuidada análise fílmica são pontos fortíssimos na defesa das conclusões apresentadas.

O *corpus* fílmico proposto, apesar de impressionante, só não é exaustivo porque faltarão alguns títulos de autores significativos da cinematografia portuguesa (Paulo Rocha, Fernando Lopes. António-Pedro Vasconcelos, João César Monteiro, Alberto Seixas Santos), holandesa (Pim de la Parra, Wim Verstappen, Louis van Gasteren, Jan Vrijman) ou dinamarquesa (Palle Kjørulff-Schmidt, Lene e Svend Grønlykke).

Em suma, *Screening Modernism* apresenta-se, simultânea e equilibradamente, como uma obra enciclopédica e teórica indispensável para o estudo do cinema moderno europeu das décadas 60 e 70 do século XX.

Paulo Ferreira Cunha  
Bolseiro de Doutoramento da FCT/CEIS20

**LOFF, Manuel** – «*O nosso século é fascista!*». *O mundo visto por Salazar e Franco*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Campo das Letras, 2008. 954 p. ISBN 978-989-625-256-4.

O livro intitulado «*O Nosso século é fascista!*» – *o mundo visto por Salazar e Franco* é a publicação mais recente do historiador e professor universitário Manuel Loff. Esta obra foi editada, pela primeira vez, em 2008, no Porto, pela editora Campo das Letras e resulta da adaptação da tese desenvolvida no âmbito do programa de Doutoramento do Departamento de História e Civilização do Instituto Universitário Europeu, em San Domenico di Fiesole, Florença (Itália), orientada pelos professores Luisa Passerini e Hipólito de la Torre e discutida publicamente em 2004.

O autor é professor do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Universidade do Porto, e ao longo da sua carreira académica tem desenvolvido estudos sobre várias temáticas, mais concretamente nos domínios da História Política, Ideológica e Social do Século XX. Um dos temas de investigação, que tem vindo a desenvolver desde inícios dos anos 90, é o *autoritarismo* contemporâneo, nomeadamente o português e espanhol, estudando várias questões, das quais se destacam: ideologias, sistemas políticos e políticas de construção da «identidade Nacional». Deste percurso de pesquisa resultaram já várias publicações, nomeadamente, a obra em análise.

A importância em analisar esta obra tem por base os seguintes factores: i) a data recente da edição; ii) a natureza polémica do(s) tema(s), como por exemplo: fascismo, imperialismo e genocídio; iii) a variedade de temas abordados, como por exemplo: salazarismo, franquismo, fascismo, nazismo, elites, revisionismo histórico, nacionalismo, relações internacionais, relações península-

res, genocídio, Guerra Civil de Espanha e II Guerra Mundial; iv) e, finalmente, porque é um dos poucos estudos comparados sobre os regimes de Salazar e Franco realizado em Portugal, residindo aqui um dos méritos deste trabalho.

Este estudo, como já foi referido, foi publicado em 2008, a sua presença no universo editorial ainda é recente e, por isso, torna-se interessante reflectir sobre um trabalho académico, que aborda temáticas sensíveis, e que se encontra disponível ao público em geral, numa fase em que o livros científicos e os romances históricos sobre Salazarismo e Franquismo suscitam cada vez mais interesse junto dos leitores e ocupam lugares de destaque nas livrarias da Península Ibérica. Em Portugal, tal como em Espanha, a atenção sobre temas relacionados com a ditadura já ultrapassou o universo académico e livreiro, chegando ao cinema e à televisão, através de reportagens, documentários e séries de ficção. Os ditadores ibéricos, Salazar e Franco, deixaram de ser objecto de interesse exclusivo de grupos restritos de académicos e intelectuais, passando a ser foco de interesse da sociedade em geral, nos inícios do século XXI.

Neste sentido, ambos os regimes autoritários são temas debatidos nos meios de comunicação, nomeadamente na *internet*, em vários *sites* e *blogues*. Em Portugal, no ano de 2007, o concurso televisivo «Os grandes portugueses», que deu a vitória a Salazar, fez despontar a polémica em torno desta personagem. Logo de imediato surgiram, com algum mediatismo, movimentos cívicos, que defendiam a recuperação da memória histórica do Estado Novo. Uns, por um lado, defendiam a criação de um museu de Salazar, com o objectivo de preservar a memória do governante. Outros, por outro lado, assumiam uma posição inversa, propondo a criação de um museu

da repressão/PI.D.E., de forma a imortalizar o lado mais negro do regime. Como é possível notar as perspectivas não são consensuais sobre o passado recente e, por isso, é um tema fracturante na sociedade portuguesa, inclusivamente no meio académico e intelectual, que tem desde o início da democracia reflectido sobre a natureza ideológica do Estado Novo, dos quais se podem destacar alguns autores: António Costa Pinto, Eduardo Geada, Eduardo Lourenço, Ernesto Castro Leal, Jaime Nogueira Pinto, João Medina, Jorge Campinos, José Gil, Manuel Braga da Cruz, Manuel Lucena e Manuel Villaverde Cabral.

É neste contexto, de crescente interesse e de polémica, que é publicado o livro de Manuel Loff, «*O nosso século é fascista!*» – *O mundo visto por Salazar e Franco*, constituído por 954 páginas e organizado em nove capítulos (1 – As ditaduras Ibéricas na Nova Ordem Eurofascista: Uma aproximação ao problema; 2 – Os Pressupostos Ideológicos; 3 – História e Império; 4 – A Lógica dos «Grandes Espaços Continentais»; 5 – O «Saneamento» Político da Europa; 6 – A Nova Ordem como Corolário da Evolução Recente Europeia; 7 – Do Projecto à Prática: a «Construção da Nova Ordem»; 8 – Perante a Colaboração e a Resistência; 9 – várias conclusões e um epílogo).

Este trabalho centra-se na questão da autodefinição dos regimes de Salazar e Franco, tema polémico no meio académico, político e social, que está longe de gerar consenso, foca uma das questões mais significativas, precisamente a natureza fascista desses regimes. Porém, o conteúdo do livro, não se reduz apenas à definição, uma vez que desenvolve uma análise multi-dimensional da complexidade de formas institucionais desses regimes que vingaram na Península Ibérica durante o século passado. Neste âmbito, a escolha do período cronológico, compreendido entre 1936 e 1945,

é o elemento que acaba por definir toda a investigação ao localizar-se precisamente no momento mais intenso da chamada «época do fascismo», quando as elites reservavam para si o papel de (re)definir o seu lugar na História e no modo como usaram o Estado para fabricar essa percepção.

As elites políticas que eram também as elites intelectuais e académicas, definiram os regimes em que estavam inseridas, analisaram o seu presente e escreveram a sua visão sobre a História, com base na circulação de ideias que chegavam de outros regimes, como o de Mussolini e o de Hitler. Este estudo salienta o papel das elites, que ocuparam posições políticas de relevo dentro dos regimes e que, por isso, foram agentes activos na sua construção e reorganização.

Esta investigação coloca as elites como construtoras ideológicas dos regimes ditatoriais ibéricos e demonstra como estas definiam e redefiniam a História (nacional, universal e do próprio regime), como criaram concepções do mundo (mundivisão), das relações internacionais, da realidade social, da sua contemporaneidade e ainda da Europa, como se autodefiniam enquanto regime (autodefinição) e ainda como os outros (Grã-Bretanha, E.U.A, França, Itália e Alemanha) definiam os regimes de Salazar e Franco (heterodefinição).

No fundo, esta obra remete para três planos: i) o do universo das ideologias políticas e movimentos intelectuais/culturais, nos quais se inscreviam as elites afectas aos regimes analisados; ii) o da influência das concepções fascistas e nazis, que circulavam na Europa, sobre o pensamento das elites ibéricas; iii) e a assimilação e apropriação dessas concepções pelas elites salazaristas e franquistas, isto é, pelo Salazarismo e pelo Franquismo.

O estudo de Manuel Loff para além de explicar o processo de contaminação

que as ideias políticas de natureza fascista exerceram sobre as elites ibéricas, também ajuda a esclarecer as relações entre as elites e a política nos regimes autoritários da Península Ibérica, entre 1936 e 1945.

Este trabalho, que se situa na dimensão da História Política, privilegiou como método científico a análise do discurso. Neste sentido, o autor recolheu discursos produzidos por vários elementos das elites salazaristas e franquistas, em documentação oficial e particular, que se encontra à guarda de bibliotecas e arquivos de Lisboa, Madrid, Londres, Maryland e Washington. Para além de contar com uma grande riqueza documental, parte da qual inédita, este trabalho destaca-se pelo conjunto de bibliografia compulsada e ainda pelo sentido crítico e interpretativo do autor.

No seu conjunto, este livro recomenda-se a todos os interessados nos regimes de Salazar e de Franco, especialmente numa perspectiva comparada, pois a sua leitura pode ser feita em vários níveis. Aqueles que se interessam por estudos políticos e relações internacionais, não podem deixar de olhar para este livro como um documento importante para perceber como as ditaduras ibéricas se posicionaram sobre diversos acontecimentos que marcaram a política internacional, entre 1936 e 1945. Para além disso, o presente livro destaca o papel das elites portuguesas e espanholas, adstritas aos regimes, como construtoras de quadros ideológicos autoritários, inspirados em conceitos nazis e fascistas que circulavam por toda a Europa.

Os principais méritos deste livro são, por um lado, o modo como analisa várias questões dos regimes de Salazar e Franco, e por outro lado, como as relaciona com temas políticos e ideológicos que afloraram no contexto bélico da Guerra Civil de Espanha e da II Guerra Mundial. Torna-se assim visível como os temas não podem ser pensados

em termos estritamente nacionais, mas antes globais, isto é, nacionais e transnacionais.

Eliana Brites Rosa

Doutoranda da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar de Cultura, Espaço e Memória

---

**PROENÇA, Maria Cândida – *A Questão Colonial no Parlamento (1910-1926)*. Lisboa: D. Quixote, 2008. Volume II. 486 p. ISBN 978-972-20-3636-8.**

1. Maria Cândida Proença tem, no que respeita à sua obra, seguido um duplo vector, no qual convergem investigação, ensino, didáctica e escrita. Por um lado, é autora de diversos estudos versando a contemporaneidade portuguesa dos séculos XIX e XX. Por outro, tem assinado livros de pendor didáctico-educativo, destinados à abordagem da disciplina histórica em contexto de sala de aula por parte dos docentes do ensino básico. São exemplos da primeira linha de interesse: a biografia de D. Manuel II, inserida na série de estudos biográficos dos reis portugueses, publicada pelo Círculo de Leitores; a monografia sobre o processo eleitoral municipal da Sintra dos anos da Primeira República; alguns estudos sobre o vintismo; ou, ainda, a coordenação de volumes tratando a história do ensino em Portugal. Representativos da segunda tendência são: os materiais para professores sobre o Liberalismo, a Regeneração e a República, assim como sobre o Estado Novo e o regime democrático implantado com o 25 de Abril.

A obra aqui analisada faz parte da *Colecção Parlamento*, a qual tem vindo a proceder «à recolha e análise dos grandes debates por

temas e períodos específicos» (p. 9), no âmbito do projecto *Os Grandes Debates Parlamentares, 1820-1974*. Neste sentido, o trabalho de Maria Cândida Proença foi editado em paralelo com o volume referente à questão colonial durante a Monarquia Constitucional (1821-1910), da autoria de Valentim Alexandre. Decerto se seguirá um volume (ou dois?) englobando a Ditadura Militar nascida na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, assim como o Estado Novo de Salazar e Caetano.

2. Como o título bem explicita, *A Questão Colonial no Parlamento*, de Maria Cândida Proença, pretende elencar os debates mais importantes havidos nas duas câmaras legislativas no decorrer da Primeira República, versando as seguintes temáticas: «Administração colonial»; «Economia, fomentos e finanças»; «A Primeira Guerra Mundial»; «A mão-de-obra indígena»; «Saúde pública»; e «Relações Internacionais».

Assim, numa primeira parte, a autora fornece algumas notas e tece algumas considerações historiográficas sobre essas mesmas temáticas, a fim de as contextualizar (pp. 11-78). Segue-se uma curta bibliografia (pp. 79-81) e uma útil secção de anexos, com «a lista dos gabinetes e dos respectivos ministros das colónias», com as datas de tomada de posse e de demissão. A secção inclui, também, uma relação de todos governadores dos territórios ultramarinos durante o período republicano (pp. 83-91). Vem, depois, uma cronologia, em forma de tabela, com indicação do «assunto» e da «data de discussão» dos debates «sobre economia, fomento e finanças», em virtude «do enorme volume de debates sobre a temática» (pp. 91-104).

Os anexos prosseguem com a secção mais extensa em número de páginas (pp. 105-473), na qual a autora apresenta uma tabela com quatro entradas, a saber: «número da sessão», «data», «página» e «nota» – e onde elenca e sintetiza os mencionados debates,